

VDB F2
Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
VDB F2 Geração de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F2 Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da receita

Veja as Notas 3.13 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do exercício, determinada com base nos relatórios de geração de energia. A estimativa dessa receita não faturada leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros das medições de geração efetuadas pela Companhia bem como dados contratuais, tais como os dados acerca do volume de geração mensal e os preços contratualmente estabelecidos.</p> <p>A estimativa da receita não faturada é preparada mensalmente para o grupo de transações de receita e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.</p> <p>Devido às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de energia a ser comercializada e sua projeção considerando o ciclo de faturamento do mercado a qual a empresa está inserida, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(a) Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à mensuração da receita incorrida mas ainda não faturada;</p> <p>(b) Teste da consistência e procedência dos dados utilizados no cálculo da receita incorrida mas ainda não faturada;</p> <p>(c) Análise dos dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados dos da receita faturada e dados de volume e preço contratualmente definidos, com objetivo de verificar se são apropriados, confiáveis e se foram devidamente interpretados pela Companhia.</p> <p>(d) Confronto dos valores estimados e reconhecidos de receita não faturada com as bases de faturamento do período subsequente ao fechamento de cada mês, observando notas fiscais emitidas e a razoabilidade do respectivo estorno da provisão no período subsequente;</p> <p>(e) Confronto dos relatórios de faturamento com a respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de liquidação do órgão regulador e evidência contratual acerca da razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.909	37.011	6.662.652	5.118.224
Títulos e Valores mobiliários	5	21.495.769	73.116.779	68.366.883	111.678.605
Contas a receber	6	-	-	30.086.836	22.667.766
Contas a receber - partes relacionadas		-	-	12.179	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	111.354	2.188
Despesas antecipadas		1.759	717	230.394	292.013
Impostos a recuperar		3.608.404	1.767.547	3.694.425	1.881.159
Dividendos a receber	20	8.659.701	5.849.982	-	-
		<u>33.773.542</u>	<u>80.772.036</u>	<u>109.164.723</u>	<u>141.639.955</u>
Não circulante					
Depósitos judiciais		-	-	15.000	15.000
Empréstimos - partes relacionadas	20	-	7.397.087	-	-
Investimentos em sociedades controladas	7	225.934.355	215.682.101	-	-
Imobilizado	8	-	-	600.603.526	628.027.166
Intangíveis	9	1.581.378	1.581.378	1.602.247	1.581.378
Direito de uso de arrendamento		-	-	9.581.481	9.389.129
		<u>227.515.733</u>	<u>224.660.566</u>	<u>611.802.254</u>	<u>639.012.673</u>
Total de ativos		<u>261.289.275</u>	<u>305.432.602</u>	<u>720.966.977</u>	<u>780.652.628</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	11	21.036	42.339	3.764.449	1.978.107
Contas a pagar - parte relacionadas	20	8.405	-	107.319	-
Tributos a recolher	10	11.488	11.285	1.663.560	1.386.570
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	23.341.294	20.589.582
Debêntures a pagar - partes relacionadas	13	4.963.914	7.932.106	4.963.914	7.932.106
Dividendos a pagar	20	5.170.869	4.513.169	5.170.869	4.513.169
Arrendamentos mercantil		-	-	1.228.016	1.195.821
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	19	-	-	1.073.651	856.971
		<u>10.175.712</u>	<u>12.498.899</u>	<u>41.313.072</u>	<u>38.452.326</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	418.040.377	439.486.637
Debêntures a pagar - partes relacionadas	13	106.488.379	91.370.221	106.488.379	91.370.221
Arrendamentos mercantil		-	-	9.573.470	9.081.795
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	18	-	-	926.495	698.167
		<u>106.488.379</u>	<u>91.370.221</u>	<u>535.028.721</u>	<u>540.636.820</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	127.073.833	187.073.833	127.073.833	187.073.833
Reserva legal	14.2	2.038.745	950.141	2.038.745	950.141
Dividendos adicionais propostos	14.4	15.512.606	13.539.508	15.512.606	13.539.508
Total do patrimônio líquido		<u>144.625.184</u>	<u>201.563.482</u>	<u>144.625.184</u>	<u>201.563.482</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>261.289.275</u>	<u>305.432.602</u>	<u>720.966.977</u>	<u>780.652.628</u>

As notas explicativas são parte integrante as demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	15	-	-	122.026.709	109.921.204
Custos das vendas	16	-	-	(46.228.385)	(37.905.352)
Lucro bruto		-	-	75.798.324	72.015.852
Despesas administrativas	17	(344.232)	(349.769)	(2.256.750)	(5.280.925)
Participação nos lucros de controladas	7	36.461.901	27.300.432	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	17	-	(39.320)	86.980	773.217
Lucro operacional		36.117.669	26.911.343	73.628.554	67.508.144
Despesas financeiras	18	(16.900.206)	(10.127.015)	(51.578.262)	(46.723.115)
Receitas financeiras	18	2.554.616	2.567.803	4.120.665	2.255.190
Resultado financeiro		(14.345.590)	(7.559.213)	(47.457.597)	(44.467.925)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.772.079	19.352.131	26.170.957	23.040.219
IRPJ e CSLL - corrente	19	-	-	(4.170.550)	(3.699.234)
IRPJ e CSLL - diferido	19	-	-	(228.328)	11.145
Lucro líquido do exercício		21.772.079	19.352.131	21.772.079	19.352.131

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	21.772.079	19.352.131	21.772.079	19.352.131
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>21.772.079</u>	<u>19.352.131</u>	<u>21.772.079</u>	<u>19.352.131</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	187.073.833			(349.312)	186.724.521
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.352.131	19.352.131
Destinação do lucro líquido do exercício					-
Reserva legal (Nota 14.2)	-	950.141	-	(950.141)	-
Dividendos a pagar (Nota 14.3)	-	-	-	(4.513.169)	(4.513.169)
Dividendos adicionais propostos (Nota 14.4)	-	-	13.539.508	(13.539.508)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	187.073.833	950.141	13.539.508	-	201.563.483
Dividendos distribuídos de reservas de lucros (Nota 14.4)	-	-	(13.539.508)	-	(13.539.508)
Redução de capital (Nota 14.1)	(60.000.000)				(60.000.000)
Lucro líquido do exercício				21.772.079	21.772.079
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva legal (Nota 14.2)	-	1.088.604	-	(1.088.604)	-
Dividendos a pagar (Nota 14.3)	-	-	-	(5.170.869)	(5.170.869)
Dividendos adicionais propostos (Nota 14.4)	-	-	15.512.606	(15.512.606)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.073.833	2.038.745	15.512.606	-	144.625.184

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	21.772.079	19.352.131	21.772.079	19.352.131
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação e amortização	-	-	27.618.102	26.121.529
Provisão de juros sobre empréstimos	-	9.142.546	32.392.799	33.977.694
Provisão de juros sobre debêntures	15.882.732	-	15.882.732	9.142.548
Amortização ativos - direito de uso	-	-	393.498	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	1.122.473	1.084.682
Rendimento de mútuo com partes relacionadas	(49.542)	(1.073.895)	-	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(2.486.515)	-	(4.085.710)	-
Provisão para contingências	-	-	-	(7.192)
Baixa de intangível	-	-	-	3.810
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	228.328	(11.145)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	4.170.550	3.699.234
Resultado de equivalência patrimonial	(36.461.901)	(27.300.432)	-	-
	(1.343.147)	120.350	99.996.362	93.363.290
<u>Variações dos ativos e passivos operacionais</u>				
Aplicações financeiras	-	(26.182.314)	-	(32.573.237)
Contas a receber de clientes	-	-	(7.419.071)	361.875
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	(12.179)	-
Adiantamentos	-	57.064	(109.166)	3.243.531
Despesas antecipadas	(1.042)	(717)	61.619	268.260
Tributos a recuperar	(1.840.858)	(1.278.460)	(1.813.266)	(1.236.397)
Tributos a recolher	204	(11.572)	276.990	57.225
Contas a pagar	(21.303)	(28.150)	2.287.854	9.888.973
Contas a pagar – partes relacionadas	8.405	-	107.320	(1.622.660)
Outros passivos	-	-	-	(760.313)
	(1.854.594)	(27.444.148)	(6.619.899)	(22.372.743)
Caixa gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.953.870)	(3.726.349)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(711.226)	(27.323.798)	93.006.792	67.264.198

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Pagamentos na aquisição de imobilizado	-	-	(695.856)	(15.276.990)
Pagamentos na aquisição de intangível	-	-	(20.986)	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(85.922.000)	-	(176.507.428)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	140.029.525	-	223.904.861	-
Dividendos recebidos	23.399.928	10.102.195	-	-

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos

77.507.453 **10.102.195** **46.680.591** **(15.276.990)**

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Pagamento de empréstimos - principal	-	-	(19.344.886)	(18.129.683)
Pagamento de empréstimos - juros	-	-	(32.124.031)	(34.138.987)
Custos de transação de empréstimos	-	-	381.568	527.684
Recebimentos de empréstimos partes relacionadas - principal	2.956.276	17.681.492	-	-
Recebimentos de empréstimos partes relacionadas - juros	4.490.353	5.533.238	-	-
Pagamento de debêntures	(318.000)	(2.650.000)	(318.000)	(2.650.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(4.306.721)	(4.256.784)	(4.306.721)	(4.256.784)
Custos com debêntures	891.955	891.956	891.955	891.956
Dividendos pagos	(18.052.677)	-	(18.052.677)	-
Redução de capital	(60.000.000)	-	(60.000.000)	-
Pagamento direito de uso do arrendamento	-	-	(1.184.453)	-

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento

(74.338.814) **17.199.902** **(134.057.245)** **(57.755.814)**

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

(29.102) **(21.701)** **1.544.428** **(5.768.606)**

Variação do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	37.011	58.712	5.118.224	10.886.830
No final do exercício	7.909	37.011	6.662.652	5.118.224
	(29.102)	(21.701)	1.544.428	(5.768.606)

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

Reversão de capex	-	-	-	10.749.286
Dividendos propostos e não pagos	5.170.869	-	5.170.869	-
Dividendos propostos a receber	8.659.701	-	8.659.701	-
PC 06 -Reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	585.850	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Companhia") é uma Companhia Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

Em 08 de dezembro de 2020, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, o qual a EDF EN do Brasil Participações S.A possuía 100% de participação. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Efeitos da pandemia ("COVID-19")

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis.

As incertezas sobre o setor elétrico foram mitigadas pelo governo através do o Decreto nº 10350/2020 que estabeleceu empréstimo às empresas do setor via Conta-Covid com valor teto de R\$ 16,1 bilhões, esse socorro atendeu as necessidades das distribuidoras de energia evitando eventos atrasos nos pagamentos motivados por inadimplência do consumidor final de energia.

Em 2021, a Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos. A

Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

1.2 Da autorização

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2018 de forma atendendo integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia I S/A	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S/A	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S/A	28,6 MW
	<u>116,6</u> MW

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016 o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- c. Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 21.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 21.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Controladas - exploração de energia eólica:

	<u>VDB I</u>	<u>VDB III</u>	<u>VDB IX</u>	<u>VDB XVIII</u>	<u>Total</u>
Patrimônio da investida	54.044.304	62.820.557	55.383.448	53.686.046	225.934.355
Percentual de investimento	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
Saldo do investimento	<u>54.044.304</u>	<u>62.820.557</u>	<u>55.383.448</u>	<u>53.686.046</u>	<u>225.934.355</u>

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidencia de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas

para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 19).

2.7 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo

financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia também possui investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos..

3.4 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relariva nas controladas.

3.5 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, etende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao

valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia e demais holdings do Grupo estão sujeitas ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Companhias controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a

receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controladora, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2021.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se

espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

i. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 25 (IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações CPC 37, 48 e 06 (IFRS 1, IFRS 9 e IFRS 16)	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações CPC 27 (IAS 16)	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações CPC 15 (IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	7.909	37.011	6.662.652	5.118.224
	<u>7.909</u>	<u>37.011</u>	<u>6.662.652</u>	<u>5.118.224</u>

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	21.495.769	73.116.779	68.366.883	111.678.605
	<u>21.495.769</u>	<u>73.116.779</u>	<u>68.366.883</u>	<u>111.678.605</u>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2021, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,17% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos de energia de reserva	30.086.836	22.667.766
	<u>30.086.836</u>	<u>22.667.766</u>

A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

O ciclo de liquidação dos títulos a receber gira em torno de 30 dias.

7 Investimentos em Companhias controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas.

a) Movimentação do investimento

	<u>VDB I</u>	<u>VDB III</u>	<u>VDB IX</u>	<u>VDB XVIII</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2020	50.995.122	59.241.016	52.900.990	52.544.974	215.682.102
Equivalência patrimonial	9.256.521	14.940.736	4.828.885	7.435.759	36.461.901
Dividendos a receber	(2.198.424)	(3.548.425)	(1.146.860)	(1.765.992)	(8.659.701)
Dividendos pagos	(4.008.915)	(7.812.770)	(1.199.567)	(4.528.695)	(17.549.947)
Saldo em 31/12/2021	54.044.304	62.820.557	55.383.448	53.686.046	225.934.355

	<u>VDB I</u>	<u>VDB III</u>	<u>VDB IX</u>	<u>VDB XVIII</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2019	46.704.880	50.879.981	48.948.314	47.698.476	194.231.651
Equivalência patrimonial	5.626.547	10.965.291	4.352.532	6.356.062	27.300.432
Dividendos a receber	(1.336.305)	(2.604.256)	(399.856)	(1.509.564)	(5.849.980)
Saldo em 31/12/2020	50.995.122	59.241.016	52.900.990	52.544.974	215.682.102

b) Principais informações financeiras

	2021				
	<u>VDB I</u>	<u>VDB III</u>	<u>VDB IX</u>	<u>VDB XVIII</u>	<u>Total</u>
Ativos circulantes	20.880.514	30.348.150	13.246.171	19.586.994	84.061.829
Ativos não circulantes	148.130.214	158.133.296	156.050.574	147.906.790	610.220.874
Passivos circulantes	9.712.679	11.903.490	9.113.456	9.078.381	39.808.006
Passivos não circulantes	105.253.744	113.757.400	104.799.842	104.729.357	428.540.343
Patrimônio líquido	44.787.783	47.879.820	50.554.563	46.250.287	189.472.453
Resultado	9.256.522	14.940.736	4.828.884	7.435.759	36.461.901

	2020				
	<u>VDB I</u>	<u>VDB III</u>	<u>VDB IX</u>	<u>VDB XVIII</u>	<u>Total</u>
Ativos circulantes	15.631.500	25.373.225	14.059.476	18.088.727	73.152.928
Ativos não circulantes	154.686.332	165.116.301	163.221.461	154.399.842	637.423.936
Passivos circulantes	9.488.710	12.660.811	15.028.816	10.578.256	47.756.593
Passivos não circulantes	109.834.000	118.587.701	109.351.131	109.365.340	447.138.172
Patrimônio líquido	45.368.575	48.275.724	48.548.458	46.188.911	188.381.668
Resultado	5.626.547	10.965.291	4.352.532	6.356.062	27.300.432

8 Imobilizado

		2021				Consolidado
		<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão CAPEX</u>	<u>Depreciação</u>
Móveis e utensílios	10%	3.034	-	-	(325)	2.709
Aerogeradores eólicos	4%	628.024.132	687.816	(501.511)	(27.617.660)	600.592.777

Adiantamento para aquisição de ativos	-	8.040	-	-	8.040
Total	<u>628.027.166</u>	<u>695.856</u>	<u>(501.511)</u>	<u>(27.617.985)</u>	<u>600.603.526</u>
Custo de aquisição	689.770.992				689.965.337
Depreciação acumulada	<u>(61.743.826)</u>				<u>(89.361.811)</u>
Imobilizado líquido	<u><u>628.027.166</u></u>				<u><u>600.603.526</u></u>

Consolidado

2020

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adição	Reversão CAPEX	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	10%	2.072	1.650	(452)	(236)	3.034
Aerogeradores eólicos	4%	<u>649.617.468</u>	<u>181.731.974</u>	<u>(177.204.017)</u>	<u>(26.121.293)</u>	<u>628.024.132</u>
Total		<u>649.619.540</u>	<u>181.733.624</u>	<u>(177.204.469)</u>	<u>(26.121.529)</u>	<u>628.027.166</u>
Custo de aquisição		685.241.837				689.770.992
Depreciação acumulada		<u>(35.622.297)</u>				<u>(61.743.826)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>649.619.540</u></u>				<u><u>628.027.166</u></u>

9 Intangível

O intangível foi adquirido pela Companhia, através da incorporação da empresa Ventos da Bahia Ltda.

a) Controladora

	Controladora		
	2021		
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Gastos com projetos eólicos	-	1.506.534	1.506.534
Concessão de direito	-	<u>74.844</u>	<u>74.844</u>
Total		<u>1.581.378</u>	<u>1.581.378</u>
Custo		<u>1.581.378</u>	<u>1.581.378</u>
Intangível		<u><u>1.581.378</u></u>	<u><u>1.581.378</u></u>

	2021					Saldo em
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2020	Adição	Reversão CAPEX	Amortização	31/12/2021
Software	20%	-	20.986	-	(117)	20.869
Gastos com projetos eólicos	-	1.506.534	-	-	-	1.506.534
Concessão de direito	-	74.844	-	-	-	74.844
Total		1.581.378	20.986	-	(117)	1.602.247
Custo de aquisição		1.581.378				1.602.364
Amortização acumulada		-			(117)	
Intangível líquido		<u>1.581.378</u>				<u>1.602.247</u>

b) Consolidado

	2020					Saldo em
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2019	Adição	Reversão CAPEX	Amortização	31/12/2020
Gastos com projetos eólicos	-	1.510.345	-	(3.810)	-	1.506.534
Concessão de direito	-	74.844	-	-	-	74.844
Total		1.585.189	-	(3.810)	-	1.581.378
Custo de aquisição		1.585.189				1.581.378
Intangível líquido		<u>1.585.189</u>				<u>1.581.378</u>

10 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS sobre faturamento	1.025	864	268.754	212.419
COFINS sobre faturamento	6.307	5.317	1.241.981	981.724
Tributos retidos na fonte	4.156	5.104	151.150	183.548
ICMS	-	-	-	6.764
Outros	-	-	1.675	2.116
	<u>11.488</u>	<u>11.285</u>	<u>1.663.560</u>	<u>1.386.570</u>

Os tributos acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

11 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços prestados	21.036	39.980	778.261	233.456
Aquisição de materiais	-	-	14.350	17.940
Aquisição de imobilizado	-	-	21.585	290.004
Arrendamentos	-	-	98.953	-
Serviços de manutenção (i)	-	-	2.014.488	1.202.939
MCP a pagar	-	-	3.256	-

Penalidades na geração de energia (ii)	-	-	270.130	-
Ressarcimento CCEE (iii)	-	-	548.576	-
Outras aquisições	-	2.361	14.851	233.769
	<u>21.036</u>	<u>42.339</u>	<u>3.764.449</u>	<u>1.978.108</u>

- (i) O aumento refere-se a atulização do preço contratual do perstador de serviço de operação e manutenção do parque, em vigor a partir do mês de outubro de 2020.
- (ii) O montante de R\$ 270.130, corresponde a apuração de insuficiência de lastro de ativos vendedores em leilões de energia de reserva com base nas novas regras aprovadas na 2ª fase da CP 42/2020, publicada em Dezembro a REN 909/20, com vigência a partir de 2021 (Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII)
- (iii) O montante de R\$ 548.576, refere-se ao ressarcimento realizado para CCEE devido a baixa geração de energia entregue no exercício de 2021.

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 dias.

12 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de julho de 2017, as Companhias controladas firmaram contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R\$ 486.420.000, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2021 em um montante total de R\$ 451.086.159. O objetivo dos empréstimos foram para captação de recursos para construção dos parques eólicos. Sobre o principal da dívida incidem a TJLP média do exercício corrente (4,55%) mais juros de 2,48% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de abril de 2019. Os valores dos principais serão amortizados em 192 prestações mensais, com início em 15 de maio de 2019 até 16 de abril de 2035. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	2021	2020
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+2,48%	7,03%	2022 a 2035	398.886.630	417.629.555
Juros		-	-	-	50.957.958	50.695.369
Custos de captação		-	-	-	(8.462.917)	(8.248.705)
					<u>441.381.671</u>	<u>460.076.219</u>
Passivo circulante					23.341.294	20.589.582
Passivo não circulante					418.040.377	439.486.637

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2020	460.076.221	Saldo em 31/12/2019	477.839.511
(+) Juros apropriados	32.392.799	(+) Juros apropriados	33.977.695
(-) Amortização juros	(32.124.031)	(-) Amortização juros	(34.138.987)
(-) Amortização principal	(19.344.886)	(-) Amortização principal	(18.129.683)
(-) Custo a amortizar	381.568	(-) Custo a amortizar	527.684

Saldo em 31/12/2021	441.381.671	Saldo em 31/12/2020	460.076.221
----------------------------	--------------------	----------------------------	--------------------

Garantias

Atualmente esse financiamento conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos. A partir de 2020, a Companhia deve manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0255.1, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado foi de 1,75.

A Companhia não apresentou nenhuma quebra de suas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2021.

13 Debêntures

Em 14 de junho de 2019, a Companhia assinou um instrumento de 2ª emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	2021	2020
Debêntures - principal	R\$	IPCA+3,87%	8,10%	2022 a 2033	103.138.000	103.350.000
Debêntures - juros		-	-	-	18.423.117	6.953.106
Custos de captação		-	-	-	(10.108.824)	(11.000.779)
					<u>111.452.293</u>	<u>99.302.327</u>
Passivo circulante					4.963.914	7.932.106
Passivo não circulante					106.488.379	91.370.221

Em 14 de junho de 2019, a VDB F2 Geração de Energia S.A. emitiu 106.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$ 106.000.000 (cento e seis milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em julho de 2019.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 3,87% a.a., com exigibilidade semestral. A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Saldo em 31/12/2020	99.302.327	Saldo em 31/12/2019	96.174.608
(+) Juros apropriados	15.882.732	(+) Juros apropriados	9.142.547
(-) Amortização juros	(4.306.721)	(-) Amortização juros	(4.256.784)
(-) Amortização principal	(318.000)	(-) Amortização principal	(2.650.000)

(-) Custo a amortizar	891.955	(-) Custo a amortizar	891.956
Saldo em 31/12/2021	111.452.293	Saldo em 31/12/2020	99.302.327

Garantias

Esse financiamento conta com penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas devem manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado foi de 1,75

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 127.073.833 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 187.073.833 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 127.073.833 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	%		2021	2020
	Participação			
Acionistas				
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	63.536.918	93.536.918	93.536.918
Ômega Geração S/A	50%	63.536.918	93.536.918	93.536.918
(-) Capital a integralizar		(3)	(3)	(3)
		127.073.833	187.073.833	

Em 08 de dezembro de 2020, a Omega Geração S.A. adquiriu 79.360.902 das ações da Companhia. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de sua participação, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

Em 29 de setembro de 2021, foi aprovado, sem ressalvas, a redução de capital social no valor de R\$ 60.000.000,00, em razão do mesmo ter se tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia, nos termos do artigo 173 da lei 6.404/76, e o consequente cancelamento de 60.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como regra de proporcionalidade, o cancelamento de ações decorrente da redução de capital afetou ambas as acionistas igualmente, sendo canceladas: (i) 30.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da acionista EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF”); e (ii) 30.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da acionista Omega Geração S.A. (“Omega”), acarretando, assim, a restituição de R\$ 1,00 por ação cancelada, de forma que a acionista EDF recebeu R\$ 30.000.000,00 e a acionista Omega também recebeu R\$ 30.000.000,00.

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu R\$ 1.088.604 (R\$ 950.141 em 31 de dezembro de 2020), totalizando R\$ 2.038.745 (R\$ 950.141 em 31 de dezembro de 2020).

14.3 Dividendos a pagar

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	21.772.079	19.352.131
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-	(349.312)
Base de cálculo dos dividendos	21.772.079	19.002.819
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.088.604)	(950.141)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	20.683.475	18.052.677
Dividendos a pagar	5.170.869	4.513.169
Dividendos adicionais propostos	15.512.606	13.539.508

Em 2021, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 4.513.169 (não houve pagamento de dividendos em 2020).

14.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu R\$ 15.512.606 (R\$ 13.539.508 em 31 de dezembro de 2020).

Em 2021, a Companhia distribuiu dividendos adicionais, no montante de R\$ 13.539.508, referente a exercícios anteriores (não houve pagamento de dividendos adicionais em 2020).

15 Receita líquida de vendas

	2021	Consolidado 2020
Receita bruta de vendas	127.419.441	114.165.010
(-) Ressarcimento	(471.794)	(76.783)
(-) Penalidade por baixa geração (i)	(270.130)	-
Receita bruta	126.677.517	114.088.227
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(828.226)	(742.073)
COFINS	(3.822.582)	(3.424.950)
Total das deduções da receita bruta	(4.650.808)	(4.167.023)
Receita líquida	122.026.709	109.921.204

(i) Refere-se ao recálculo do ressarcimento quadrienal, onde se fez necessário o recálculo dos 4 anos contratuais, sendo considerado devedor o saldo não entregue do ano 1, mesmo a Companhia apurando créditos nos exercícios subsequentes.

Em 2021, as investidas registraram um aumento em sua receita líquida devido a maior disponibilidade de recurso natural em relação ao ano anterior, resultando em uma maior geração de energia.

16 Custos de vendas

	Consolidado	
	2021	2020
Custos operacionais		
Seguros	(1.188.261)	(1.135.899)
Arrendamentos operacionais	-	(424.095)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(19.708)	(89.943)
Aquisição de energia elétrica	(84.572)	-
	<u>(1.292.541)</u>	<u>(1.649.937)</u>
Impostos e taxas		
TUSD	(5.348.739)	(5.015.113)
Taxa de regulamentação	(535.495)	(564.387)
	<u>(5.884.234)</u>	<u>(5.579.500)</u>
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(713.367)	-
Manutenção das instalações	(9.422.144)	(3.988.812)
Serviços de assessoria	(832.759)	(565.574)
Outros serviços	(71.740)	-
	<u>(11.040.010)</u>	<u>(4.554.386)</u>
Depreciação		
Depreciação	(27.618.102)	(26.121.529)
Amortização do direito de uso	(393.498)	-
	<u>(28.011.600)</u>	<u>(26.121.529)</u>
Total dos custos	<u>(46.228.385)</u>	<u>(37.905.352)</u>

O aumento “manutenção das instalações” refere-se a atualização do preço contratual do prestador de serviço de operação e manutenção dos parques, em vigor a partir do mês de outubro de 2020.

17 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

17.1 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas administrativas				
Condução e locomoção	-	-	-	(1.404)
Telefone e internet	-	-	(21.028)	-
Despesas com achados arqueológicos	-	-	-	(32.749)
Material de escritório	-	-	-	(4.754)
Cópias e reproduções	-	-	(25.070)	(5.199)
Despesas legais	(3.464)	(4.385)	(158.215)	(110.585)
Contribuições a associações	-	-	(1.406)	-
Outros materiais de consumo	-	-	-	(108.342)
Material de limpeza	-	-	(13.370)	(266.869)
Seguros	(4.304)	(738)	(4.304)	-
Propaganda e publicidade	(14.158)	(8.175)	(93.807)	(99.695)
Outras despesas administrativas	-	-	(27.821)	(7.072)

(21.926)	(13.298)	(345.021)	(636.668)
----------	----------	-----------	-----------

Impostos e taxas

Multas	-	-	(4.258)	(8.859)
Outros impostos e taxas	-	-	-	(13.710)
ICMS	(68)	-	(5.421)	-
PIS e COFINS	(118.050)	(119.403)	(118.050)	(119.403)
	(118.118)	(119.403)	(127.729)	(141.972)

Despesas com serviços prestados

Honorários de contadores	(44.873)	(42.485)	(229.366)	(269.511)
Serviços de consultoria	(81.215)	(76.366)	(81.215)	-
Honorários de auditores	(50.147)	(68.911)	(228.441)	(207.782)
Honorários de advogados	(8.029)	(5.756)	(108.087)	(62.564)
Serviços de avaliação	-	-	(33.805)	(130.677)
Serviços de informática	-	-	-	(75.333)
Serviços de vigilância	-	-	(127.844)	(123.062)
Serviços de limpeza	-	-	(157.440)	-
Gestão administrativa	-	-	(632.560)	-
Outros serviços	(19.924)	(23.550)	(155.674)	(40.800)
	(204.188)	(217.068)	(1.754.432)	(909.729)

Rateio de despesas (i)

Salários	-	-	-	(2.163.799)
Previdência social	-	-	-	(358.595)
Honorários	-	-	-	(19.965)
Aluguel	-	-	-	(152.199)
Seguros	-	-	-	(12.739)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(499.346)
Manutenção	-	-	-	(4.309)
Recuperação de despesas	-	-	-	244.854
Serviços prestados pelo exterior	-	-	-	(67.655)
Gestão administrativa	-	-	-	(23.964)
Gestão de ativos	-	-	-	(72.473)
Outros custos	-	-	(29.568)	(462.364)
	-	-	(29.568)	(3.592.555)

Total das despesas administrativas e outras despesas operacionais	(344.232)	(349.769)	(2.256.750)	(5.280.925)
---	-----------	-----------	-------------	-------------

Em 2021, houve a revogação do contrato de rateio de gastos (cost sharing) com a empresa EDF EN Participações Ltda., substituído pelo contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

17.2 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas (i)	-	-	61.873	-
Recuperação de despesas	-	(39.320)	25.107	773.217
	<u>-</u>	<u>(39.320)</u>	<u>86.980</u>	<u>773.217</u>

(i) Refere-se basicamente a provisão de multa pelo não cumprimento das metas de performance prevista no contrato da Acciona.

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.486.515	1.475.326	4.085.710	2.234.035
Rendimentos de mútuos	49.542	1.073.895	-	-
Descontos obtidos	-	-	1.149	22
Juros	18.559	18.582	33.806	21.133
	<u>2.554.616</u>	<u>2.567.803</u>	<u>4.120.665</u>	<u>2.255.190</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre outras operações		(4)	(476)	(54.547)
Juros de empréstimos	(15.882.732)	(9.142.546)	(48.275.531)	(43.120.510)
Despesas bancárias	(125.133)	(92.511)	(679.537)	(984.482)
Descontos concedidos	-	-	(1.147)	-
Despesas com IOF	(386)	-	(20.519)	(14.837)
Custos com empréstimos	(891.955)	(891.955)	(1.478.579)	(1.464.056)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.122.473)	(1.084.683)
	<u>(16.900.206)</u>	<u>(10.127.015)</u>	<u>(51.578.262)</u>	<u>(46.723.115)</u>
Resultado financeiro	<u>(14.345.590)</u>	<u>(7.559.213)</u>	<u>(47.457.597)</u>	<u>(44.467.925)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real e suas controladas apuram pelo lucro presumido. No exercício de 2020, a Controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto	21.772.079	19.352.131	26.170.957	23.040.219
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	7.402.507	6.579.725	8.898.127	7.833.677
Resultados de controladas por equivalência	(12.397.046)	(9.282.147)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	3	-	3
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	4.994.539	2.702.419	4.994.539	2.702.419
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(9.493.788)	(6.848.010)

Encargo fiscal	-	-	4.398.878	3.688.089
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(4.170.550)	(3.699.234)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	(228.328)	11.145
	-	-	(4.398.878)	(3.688.089)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	16,8%	16,0%

Imposto por natureza	2021	Consolidado 2020
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	3.600.211	3.431.583
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	549.302	258.836
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	21.037	8.815
	4.170.550	3.699.234

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Contas a receber e a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ATIVO				
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	-	12.179	-
Total	-	-	12.179	-

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PASSIVO				
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	8.405	-	107.319	-
Total	8.405	-	107.319	-

Em 15 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de rateio de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF do Brasil”) e as Companhias do projeto Ventos da Bahia Fase 2 (Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII), com participação definida na seguinte proporção, respectivamente: 24,53%, 26,41%, 24,53% e 24,53%, de um total de 116,6MW, o rateio de despesas é proporcional à capacidade instalada de cada parque. O documento trata do repasse dos custos necessários para o desenvolvimento, construção e manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas, despesas de deslocamento. A previsão de liquidação dos valores em aberto é no decorrer do exercício

de 2022. Conforme descrito na nota explicativa 17, o contrato foi revogado no ano de 2021 e substituído por um contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

20.2 Contratos de mútuo

	2021	2020
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	-	7.397.087
	-	7.397.087
	-	7.397.087

Referem-se a capital de giro custeados pela Companhia às suas controladas. O empréstimo é atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%. Em 2021 estas operações de mútuo foram totalmente liquidadas.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora as partes relacionadas:

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
Saldo em 31/12/2020	-	-	7.397.087	-
(+) Aquisição principal	-	-	-	-
(+) Juros apropriados	-	-	49.542	-
(-) Amortização principal	-	-	(2.956.276)	-
(-) Amortização juros	-	-	(4.490.353)	-
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-
	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	6.169.333	1.854.811	17.595.639	3.918.139
(+) Aquisição principal	-	-	-	-
(+) Juros apropriados	170.790	9.763	808.261	85.081
(-) Amortização principal	(4.267.680)	(218.566)	(11.006.813)	(2.188.433)
(-) Amortização juros	(2.072.444)	(1.646.007)	-	(1.814.787)
Saldo em 31/12/2020	-	-	7.397.087	-
	-	-	7.397.087	-

20.3 Dividendos a pagar

	2021	2020
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	2.585.435	2.256.585
Ômega Geração S/A	2.585.434	2.256.584
	5.170.869	4.513.169
	5.170.869	4.513.169

20.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a administração da Companhia foram realizadas diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração em 2021 e 2020.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.909	37.011	6.662.652	5.118.224
Contas a receber - partes relacionadas	-	7.397.087	12.179	-
Contas a receber	-	-	30.086.836	22.667.766
Dividendos a receber	8.659.701	-	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	21.495.769	73.116.779	68.366.883	111.678.605
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	21.036	42.339	3.764.449	1.978.107
Contas a pagar - partes relacionadas	8.405	-	107.319	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	441.381.671	460.076.219
Debêntures a pagar	111.452.293	99.302.327	111.452.293	99.302.327
Dividendos a pagar	5.170.869	4.513.169	5.170.869	4.513.169
Arrendamentos mercantil	-	-	10.801.486	10.277.616

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e dividendos a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.909	37.011	6.662.652	5.118.224
Contas a receber - partes relacionadas	-	7.397.087	12.179	-
Contas a receber	-	-	30.086.836	22.667.766
Dividendos a receber	8.659.701	-	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	21.495.769	73.116.779	68.366.883	111.678.605

A administração avaliou, segundo sua política de PCE e, com base no CPC 48 (IFRS 9), conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pela TJLP e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (f) desta nota.

c. Risco de câmbio

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio. A Companhia e suas controladas não possuem contas a pagar com partes relacionadas em moeda estrangeira.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	2021		2020	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	21.036	-	42.339	-
Contas a pagar - parte relacionadas	8.405	-	-	-
Debêntures a pagar - partes relacionadas	4.963.914	106.488.379	7.165.106	92.137.221
	<u>4.993.355</u>	<u>106.488.379</u>	<u>7.207.445</u>	<u>92.137.221</u>

	Consolidado			
	2021		2020	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	3.764.449	-	1.978.107	-
Contas a pagar - parte relacionadas	107.319	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.341.294	418.040.377	22.740.582	437.335.637
Debêntures a pagar - partes relacionadas	4.963.914	106.488.379	7.165.106	92.137.221
Dividendos a pagar	5.170.869	-	-	-
Arrendamento mercantil	1.228.016	9.573.470	1.195.821	9.081.795
	<u>38.575.861</u>	<u>534.102.226</u>	<u>33.079.616</u>	<u>538.554.654</u>

e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

f. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

g. Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2022 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2021, cuja valor definido foi de 5,11% a.a. e com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2021, cuja valor definido foi de 5,32%, sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	2021	2020	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros						
BNDES FINEM	441.381.671	467.720.092	TJLP	33.178.143	38.985.760	44.752.257
Debêntures	111.452.293	108.067.342	IPCA	11.112.488	12.632.684	16.417.369

22 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

		Ventos da Bahia I		Ventos da Bahia III	
		2022	2023-2037	2022	2023-2037
ACR	Volume [MWh]	114.756	1.836.096	127.020	2.032.320
	Preço [R\$/MWh]	278,55	278,55	278,55	278,55
	Total [R\$]	31.965.284	511.444.541	35.381.421	566.102.736

		Ventos da Bahia IX		Ventos da Bahia XVIII	
		2022	2023-2037	2022	2023-2037
ACR	Volume [MWh]	115.632	1850112	117.384	1.878.144
	Preço [R\$/MWh]	278,55	278,55	278,55	278,55
	Total [R\$]	32.209.294	515.348.698	32.697.313	523.157.011

23 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 118.061.080,00 tendo como vigência o período de 30/06/2021 à 30/06/2022.

Coberturas

Importâncias seguradas

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços
Públicos – Energia, Responsabilidade Civil Cruzada,
Poluição Súbita e Acidental

R\$ 118.061.080